

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 22.305/23
Rubrica: Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: e3228796-a8d4-4bd9-bb74-7b1eb0011101

Protocolo: **Processo Requerimento Nº 022305/2023**Data: **22/08/2023 10:53:34**Origem: **DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.**

*** contatos indisponíveis ***

Contato: **DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.**

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: **ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA**Assunto: **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - LICITAÇÃO**Detalhamento: **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL****HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA 22/08/2023 10:53:59	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Processo Nº:	22.305/23
Rubrica	Fls: 3

Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2023.

PROCESSO: 11.550/2023

A empresa **DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Avenida Teixeira e Souza nº01, sala 05, São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, inscrita no CNPJ/MF nº15.144.265/0001-30, por intermédio da sua Representante legal, a Sra. AMANDA DA MATTA BERGER, portadora da carteira de identidade nº 21050604-4 e do CPF Nº 115.644.687-20, vem apresentar conforme permitido no §2º, do art. 41, da Lei nº8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de IMPUGNAR os termos do Edital em referência, conforme fatos e fundamentos que abaixo expõe:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de até 02 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da sessão para Licitante interessado em participar do certame, conforme dispõe o art.12 do Decreto nº3555/2000 c/c §2º do artigo 41 da Lei Federal Nº8.666/93. Diante da previsão do Edital, de data de abertura das propostas no dia 24 de agosto de 2023 e, considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

A empresa que subscreve tem interesse em participar do Certame em questão cujo objeto é aquisição de agregados, para atender à Secretaria Municipal de Obras. Entretanto, ao verificar as condições para participação no referido certame, constatou-se que o edital apresenta itens abarroados de restrições que não são lícitas, assim com relação aos fatos conforme subscrevo:

Em seu **Item 20.2**, na qual a administração Pública solicita que o Licitante apresente como requisito habilitatório LICENÇA AMBIENTAL e 3(três) últimas guias da CFEM quitadas, na qual é expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sendo certo que tal Item, se torna extremamente restritivo, uma já que possíveis licitantes



interessados em fornecer podem não ser extrativistas, ou seja, Licenciamento Ambiental é o procedimento pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação ou a operação de atividades que possam, de qualquer forma, causar danos ambientais.

Este licenciamento compete a locais que irão executar tal atividade passível desta licença, como Pedreiras, Mineradoras, contudo nem todos os interessados podem ser os detentores diretos do objeto.

Ou seja, uma empresa poderá ter o licenciamento para a operação e a licitante ser, sabendo que a licitante ganhadora do certame deverá demonstrar obter do seu fornecedor direto antes do início da execução dos serviços solicitar as licenças necessárias junto ao órgão competente, sendo tal prestação a nível contratual.

Entretanto, a imposição dessa documentação como requisito habilitatório não encontra guarita na legislação em vigor, bem como na doutrina e na jurisprudência, por não se encontrar na relação de documentos exigidos para a habilitação técnica, de que fala o “caput” do Art. 30 da Lei 8.666/93: **“A documentação alusiva à qualificação técnica limitar-se-á:”** O termo **“limitar-se”** estabelece que a relação de documentos é taxativa, e não exemplificativa, o que implica que não poderão ser solicitados mais documentos que os constantes dos incisos do alegado texto.

Nessa direção, existe a Instrução Normativa SLTI 02/2008, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a contratação de serviços continuados ou não, em âmbito federal, que em seu art. 20, § 1º, estabelece:

“Exigências de certificação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer natureza apenas serão devidas pela empresa vencedora da licitação, dos proponentes só poderá pedir tão apenas Declaração de Disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno”.

Também a IN 05/2017 posiciona sobre a vedação de licenças em seu item:

2. Das vedações:

2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

(...) 2.2. Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento



oportuno;"

A instrução atual é que essa documentação seja exigida apenas do ganhador do processo licitatório.

Durante o período de habilitação, o órgão contratante, deverá apenas exigir dos proponentes uma declaração de disponibilidade dessa documentação ou de que a empresa reúne condições de apresentá-la no momento adequado.

Com essa afirmação, a avaliação da documentação deverá ser efetuada em ação anterior à admissão, com a empresa que foi declarada vencedora.

O Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU - Acórdão n.º 125/2011-Plenário, TC015.085/2010-4, rel. Min-Subst. André Luís de Carvalho), segue no mesmo sentido na análise de um pregão para contratação de serviços, para que a licença ambiental de operação fosse exigida apenas do vencedor da licitação.

A Lei nº 8.666, de 21/06/1993 em seu art. 3º traduz o que a Administração deve cumprir na realização da presente licitação, vale lembrar que a não observância do preceituado nesta legislação acomete-se em desvirtuamento da finalidade master, qual seja, o interesse público:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifo nosso).



A exigência dessa documentação como condição habilitatória não tem encontrado amparo na legislação, bem como na doutrina e na jurisprudência, sob a justificativa de não constar do rol de documentos exigidos para a habilitação técnica, constante do art. 30 da Lei 8.666/93, que dispõe em seu "caput".

A orientação atual é que essa documentação seja exigida somente da vencedora da licitação. Durante a fase de habilitação, deverá somente ser exigida dos proponentes uma declaração de disponibilidade dessa documentação ou de que a empresa reúne condições de apresentá-la no momento oportuno. Com essa hipótese, a verificação da documentação deverá ser efetuada em ato precedente à contratação, com a empresa que foi declarada vencedora.

Nesse sentido, temos a Instrução Normativa n. 02/02, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a contratação de serviços continuados ou não, em âmbito federal, que em seu art. 20, § 1º, estabelece:

"Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno".

"Apresentação de laudos e licenças (alvarás) e comprovação de propriedade só são devidos ao vencedor da licitação; durante a habilitação poderá ser exigida somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentar em momento oportuno".

Ademais, registramos a existência de Acórdão exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, no qual tivemos disposição no mesmo sentido na análise de um pregão para contratação de serviços, para que a licença ambiental de operação fosse exigida apenas do vencedor da licitação (TCU - Acórdão n.º 125/2011-Plenário, TC-015.085/2010-4, rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho).

Nesta sequência a Lei nº 10.520, de 17/07/2002 determina:

"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por



excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;"

Ainda, disciplina o art. 4º do Decreto nº 3.555 de 8/8/2000, Anexo I:

"Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. De forma suficiente e clara, não buscando especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitassem a competição."

Nesse diapasão, ainda, o Decreto nº 3.555, de 8/8/2000, Anexo I, possui a diretriz reguladora:

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

"I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato; [...]

1. definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas, de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com termo de referência elaborado pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;"

Assim sendo, considerando que o edital possui falhas insanáveis, caracterizando irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, requer seja acatada a presente impugnação para que sejam realizadas as correções cabíveis, nos termos do Art. 41, §1º da referida Lei.

III – DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer que a presente Impugnação julgada procedente, para que seja reformado o Item 20.2 do referido Edital, retirando a obrigatoriedade da Licença Ambiental, conforme o



art. 30 da Lei 8.666/93, para que não haja limitação de licitantes na referida licitação.

Termos em que,

P. Deferimento,

Cabo Frio, 21 de agosto de 2023.

Amanda da Matta Berger

CPF nº 115.644.687-20

DM PARTICIPAÇÕES LTDA

Representante Legal por Procuração **DM PARTICIPAÇÕES LTDA**

15.144.265/0001-30

Av. Teixeira e Souza nº 01 - Sala 05
São Cristóvão - Cabo Frio - RJ
CEP 28905-000
Tel. (22) 3093-2032



Rubrica: 99 Fis: 9

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0013156-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

00-2022/133897-7

JUCERJA

Último arquivamento:

NIRE: 33.6.0013156-1

DM PARTICIPAÇÕES LTDA

Boleto(s):

Hash: 06F7E48F-90FB-4ACA-BC93-C731D5548656

Orgão	Calculado	Pago
Junta	107,00	107,00
DNRC	0,00	0,00

Name _____

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

DM PARTICIPAÇÕES LTDA

Código Ato

Eventos

002	Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
	046	1	Alteração / Transformação
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JORGE PORTELA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 04/02/2022 e arquivado em 07/02/2022

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

14

1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPACÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC5233350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEFRA
assinado digitalmente

Page 01/14



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0013156-1

Tipo Jurídico

Empresário Individual com Responsabilidade Limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2022/133897-7

JUCERJA

Último arquivamento:

00003997229 - 13/01/2021

NIRE: 33.6.0013156-1

DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Boleto(s): 103950180

Hash: 06F7E48F-90FB-4ACA-BC93-C731D5548656

Processo Nº: 22.305/23

Rubrica

Fls: 10

03/02/2022 17:53:53

Orgão	Calculado	Pago
Junta	107,00	107,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
046	1	Alteração / Transformação
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

03/02/2022

Data

Nome:	Flavio
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2226233733
E-mail:	planocontabil@outlook.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	03/02/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/133897-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC523350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/14

Plano Contábil

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA "DM PARTICIPACOES EIRELI"

RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA, brasileiro, divorciado conforme sentença datada de 06 de maio de 2020, na 2ª Vara de Família da Comarca de Cabo Frio RJ, sob às fls. 08 e Vº, do livro E-93, sob o nº 13911, empresário, nascido em 28 de junho de 1975, portador da Carteira de Identidade nº 09.758.297-7, expedido pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº. 068.600.357-81, residente e domiciliado à Avenida Assunção nº. 300, casa 305, bairro Centro, Cabo Frio/RJ, CEP 28.906-200, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada denominada "**DM PARTICIPACOES EIRELI**", com sede e domicílio á Avenida Teixeira e Souza nº 01, sala 05, bairro São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, CEP: 28.905-000, inscrita no CNPJ sob o nº. **15.144.265/0001-30**, conforme **CONTRATO SOCIAL** registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº. **33.6.0013156-1** em 22 de maio de 2014, resolve de comum acordo e na melhor forma de direito pelo presente instrumento proceder a **SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera-se a natureza jurídica em atendimento a Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021 de **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA** para **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)** e sua razão social para "**DM PARTICIPAÇÕES LTDA**".

CLÁUSULA SEGUNDA:

Altera-se o Objeto Social para: (4120400) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; (3299004) FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS; (3329501) SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIA; (3600602) DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; (3702900) ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; (3811400) COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; (3812200) COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; (3821100) TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; (4211101) CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; (4211102) PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS; (4213800) OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; (4221903) MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; (4222701) CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; (4291000) OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS; (4292801) MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; (4299501) CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; (4299599) OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (4311801) DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS; (4311802) PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; (4313400) OBRAS DE TERRAPLENAGEM; (4319300) SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4321500) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; (4322301) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; (4322302) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; (4322303) INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; (4329101) INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS; (4329104) MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE

1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC5233350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 03/14

ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; (4329199) OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (4330401) IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; (4330402) INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; (4330403) OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE; (4330404) SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL; (4330405) APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES; (4330499) OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; (4391600) OBRAS DE FUNDAÇÕES; (4399101) ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS; (4399102) MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; (4399103) OBRAS DE ALVENARIA; (4399104) SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS; (4399199) SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4520007) SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4530701) COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4530706) REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4541201) COMÉRCIO POR ATACADO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS; (4541202) COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS; (4618401) REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; (4639701) COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL; (4649499) COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4651602) COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA; (4679699) COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; (4681805) COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES; (4687701) COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS DE PAPEL E PAPELÃO; (4691500) COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS; (4729699) COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4741500) COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; (4742300) COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; (4744001) COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; (4744004) COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS; (4744099) COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; (4751201) COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; (4751202) RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; (4789005) COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS; (4923002) SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; (4929901) TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL; (4930201) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL; (4930202) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; (5223100) ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; (5229002) SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS; (5250804) ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE DE CARGA; (5620101) FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS; (5620102) SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ; (6311900) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; (7711000) LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; (7719599) LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR; (7732201) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; (7733100) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; (7739003) ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; (8111700) SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS; (8121400) LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; (8122200) IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS; (8129000) ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (8130300) ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; (8211300) SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; (8219901) FOTOCÓPIAS; (8230001) SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE

FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; (8599604) TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL ; (8599699) OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (8621602) SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL; (8622400) SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS; (9300500) GESTÃO DE ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS; (9511800) REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; (9521500) REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; (9529105) REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO; (9603301) GESTÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS; (9700500) SERVIÇOS DOMÉSTICOS; (4663000) COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL; PARTES E PEÇAS; (4686902) COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS; (7721700) ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; (7739099) ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Em virtude da alteração acima e para melhor entendimento dos dispositivos vigentes, resolve reformular e consolidar integralmente o **CONTRATO SOCIAL**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade girará sob o nome empresarial "**DM PARTICIPAÇÕES LTDA**", com sede à Avenida Teixeira e Souza nº 01, sala 05, bairro São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, CEP: 28.905-000.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade terá por objeto (4120400) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; (3299004) FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS; (3329501) SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIA; (3600602) DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; (3702900) ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; (3811400) COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; (3812200) COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; (3821100) TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; (4211101) CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; (4211102) PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS; (4213800) OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; (4221903) MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; (4222701) CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; (4291000) OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS; (4292801) MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; (4299501) CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; (4299599) OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (4311801) DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS; (4311802) PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; (4313400) OBRAS DE TERRAPLENAGEM; (4319300) SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4321500) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; (4322301) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; (4322302) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; (4322303) INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO; (4329101) INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS; (4329104) MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; (4329199) OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (4330401)

3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC523350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL; (4330402) INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; (4330403) OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE; (4330404) SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL; (4330405) APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES; (4330499) OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; (4391600) OBRAS DE FUNDAÇÕES; (4399101) ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS; (4399102) MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; (4399103) OBRAS DE ALVENARIA; (4399104) SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS; (4399199) SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4520007) SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4530701) COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4530706) REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; (4541201) COMÉRCIO POR ATACADO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS; (4541202) COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS; (4618401) REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; (4639701) COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL; (4649499) COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4651602) COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA; (4679699) COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; (4681805) COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES; (4687701) COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS DE PAPEL E PAPELÃO; (4691500) COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS; (4729699) COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; (4741500) COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; (4742300) COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; (4744001) COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; (4744004) COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS; (4744099) COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; (4751201) COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; (4751202) RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; (4789005) COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS; (4923002) SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; (4929901) TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL; (4930201) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL; (4930202) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; (5223100) ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; (5229002) SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS; (5250804) ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE DE CARGA; (5620101) FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS; (5620102) SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ; (6311900) TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; (7711000) LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; (7719599) LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR; (7732201) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES; (7733100) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO; (7739003) ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; (8111700) SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS; (8121400) LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; (8122200) IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS; (8129000) ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; (8130300) ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; (8211300) SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; (8219901) FOTOCÓPIAS; (8230001) SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; (8599604) TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; (8599699) OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS

ANTERIOREMENTE; (8621602) SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL; (8622400) SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS; (9300500) GESTÃO DE ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS; (9511800) REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; (9521500) REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; (9529105) REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO; (9603301) GESTÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS; (9700500) SERVIÇOS DOMÉSTICOS; (4663000) COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL; PARTES E PEÇAS; (4686902) COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS; (7721700) ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; (7739099) ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR, podendo a sociedade se estender ou modificar por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O Capital Social será de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em **1.500.000** (um milhão e quinhentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do País, pelos sócios e assim distribuídos:

RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA, subscreve e integraliza **1.500.000** (um milhão e quinhentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais);

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade iniciou suas atividades em 22 de maio de 2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA:

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo único:

Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal, a título de Pró - labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A administração da sociedade caberá a sócia **RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA** que assinará isoladamente com poderes e atribuições para gerir e administrar, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo primeiro:

Os atos que importarem em responsabilidade para a sociedade tais como: contratos, promissórias, letras de câmbio, duplicatas, cheques ou ordens de pagamento, deverão receber a assinatura dos sócios **RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA**, isoladamente.

Parágrafo segundo:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo terceiro:

Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituírem mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo quarto:

Os sócios ficam dispensados da prestação de caução.

CLÁUSULA OITAVA:

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelo administrador.

Parágrafo primeiro:

O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

Parágrafo segundo:

As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

Parágrafo terceiro:

Dispensa-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecem ou declararem, por escrito, estar cientes dos locais, datas, hora e ordem do dia.

Parágrafo quarto:

A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo quinto:

Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelo administrador, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

Parágrafo sexto:

A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA NONA:

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) A destituição dos administradores;
- d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de concordata

Parágrafo primeiro:

As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I) Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
- II) Pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
- III) Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na Lei.

Parágrafo segundo:

As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da cota de cada um.

Parágrafo terceiro:

As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da Lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Cabe ao sócio que desejar ceder suas cotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único:

Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir as suas cotas a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O falecimento de qualquer dos cotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujos, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo primeiro:

Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujos, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Parágrafo segundo:

Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configure justa causa.

Parágrafo primeiro:

A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo segundo:

Será também de pleno direito, excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo terceiro:

No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas consideradas pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo quarto:

Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

Parágrafo quinto:

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos averbados a resolução da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O exercício social coincidirá como o ano civil.

Parágrafo primeiro:

Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas às necessárias amortizações e provisões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

Parágrafo segundo:

A reunião dos sócios para: a) tomar as contas do administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administrador, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo terceiro:

Da votação das contas e balanço não poderá fazer parte o administrador.

Parágrafo quarto:

Os Administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

O foro do presente contrato é o da Comarca da cidade de Cabo Frio/RJ, no qual serão propostas as ações oriundas desde contrato.

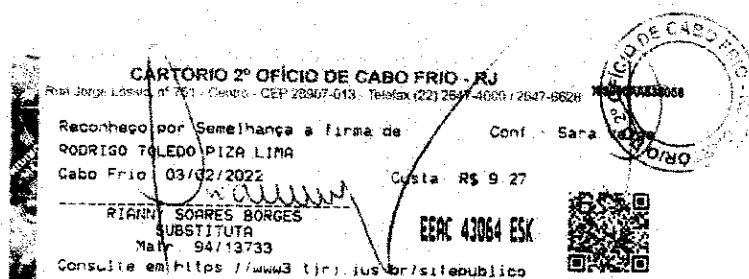
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

E, por estarem todos justos e contratados, mandaram datilografar o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Cabo Frio/RJ, 13 de janeiro de 2022.


Firma
2º Ofício C. Frio

RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A Sociedade **"DM PARTICIPAÇÕES LTDA"** com sede e domicílio à Avenida Teixeira e Souza nº 01, sala 05, bairro São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, CEP: 28.905-00, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315 Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Cabo Frio/RJ, 13 de janeiro de 2022.



RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC5233350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589



Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE CABO FRIO - RJ
Rua Jorge Lúcio, nº 751 - Centro - CEP 28907-013 - Telefex (22) 2647-4000 / 2647-6628

Reconheço por Semelhança a firma de: Conf.: Natiely
RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA
Cabo Frio, 11/05/2021 Custa: R\$ 8,41
Natiely de Andrade M. dos Reis
Natiely de Andrade M. dos Reis
ESCREVENTE
Matr. 94/10056
EDTH 14999 LTD

Consulta em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814362, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD825950C8DC5233350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA DM PARTICIPAÇÕES EIRELI, NIRE 33.6.0013156-1, PROTOCOLO 00-2022/133897-7, ARQUIVADO EM 07/02/2022, SOB O NÚMERO (S) 33211814382 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
006.697.877-79	FLAVIO

07 de fevereiro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: DM PARTICIPAÇÕES EIRELI

Nome Novo: DM PARTICIPAÇÕES LTDA

NIRE: 336.0013156-1 Protocolo: 00-2022/133897-7 Data do protocolo: 03/02/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2022 SOB O NÚMERO 33211814382, 00004758940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9A57FD8259E0C8DC5233350794D7E7600B298D077DA4473C0D07BF0ACCCE50589

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 14/14



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.758.297-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/01/2012

NOME RODRIGO TOLEDO PIZA LIMA

FILIAÇÃO PEDRO JOSÉ MOURA LIMA

ANGELA MARIA TOLEDO PIZA LIMA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO 28/06/1975

DOC. ORIGIN C. CASM LIV B-36 FLS 35 TERM 13492

CABO FRIO RJ

086.600.357-81

005 2 VIG

LEI Nº 7.118 DE 29/09/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

0522

Polegar Direito

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
CÍVIL 21.050.604-4 DATA DE
EXPIRAÇÃO 30/01/2015

NOME
AMANDA DA MATTA BERGER

TIPOLOGIA
CLEBIO BERGER DA SILVA

ANNA MARIA TAVARES DA MATTA

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DOC. ORIGIN. FLS 137 TERM 10070

C. NASC LIV A416 RJ

NITERÓI

CIF 115.644.687-20

081 2 Via

JOSE CARLOS DA SILVA MARIAS
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
10/11/1985

04233

LEI Nº 7.110 DE 20/06/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPT. DE IDENT. E REG. DE IDENT. CIVIL

0255

Polgar Direito

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Comissão de Pregão I

Processo Administrativo de Impugnação nº: 22.305/2023

Impugnante: DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 153/2023 (Processo Licitatório nº 11.550/2023) AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA SECRETARIA DE OBRAS.

À Secretaria Municipal de Obras

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, com fulcro no §2º, do art. 41, da Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, intempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 153/2023.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é intempestiva, conforme o edital em seu item: "27.1 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para licitacaopmnf@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública."

Cabe informar que conforme dispõe o Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Art. 19. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital. O art. 18 citado pela empresa com prazo de 2 (dois) dias úteis, é utilizado apenas no âmbito da União (órgãos federais).

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Comissão de Pregão I

A empresa alega que seria extremamente restritivo solicitar que as empresas apresentem como requisito habilitatório LICENÇA AMBIENTAL e 3(três) últimas guias da CFEM quitadas, a qual é expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, uma vez que possíveis licitantes interessados em fornecer podem não ser extrativistas, ou seja, Licenciamento Ambiental é o procedimento pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação ou a operação de atividades que possam, de qualquer forma, causar danos ambientais.

Este licenciamento competiria a locais que irão executar tal atividade passível desta licença, como Pedreiras, Mineradoras, contudo nem todos os interessados podem ser os detentores diretos do objeto.

Assim sendo, considerando que o edital possuiria falhas insanáveis, caracterizando irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, requer seja acatada a presente impugnação para que sejam realizadas as correções cabíveis, nos termos do Art. 41, §1º da referida Lei.

DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Diante de todo o exposto, requer que a presente Impugnação julgada procedente, para que seja reformado o Item 20.2 do referido Edital, retirando a obrigatoriedade da Licença Ambiental, conforme o art. 30 da Lei 8.666/93, para que não haja limitação de licitantes na referida licitação.

DO MÉRITO

Cabe informar que as licenças e Guias podem ser enviadas no nome da empresa que realiza a atividade de extração mineral. O item questionado encontra-se no Termo de Referência e replicado no edital e foram solicitações do corpo técnico da Secretaria e por esse motivo o processo segue para análise das alegações da empresa.

Como exemplificação, estão transcritos abaixo dois acórdãos do TCU:

Comissão de Pregão I

Abstenha-se de estabelecer exigências de habilitação técnica sem a precedência das devidas justificativas.

Acórdão 3667/2009 Segunda Câmara TCU

Por fim, o Ministro do Supremo Tribunal Federal¹ (Gilmar Mendes) negou seguimento de recurso que contestava acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. DECISÃO DE INABILITAÇÃO EM PREGÃO. EXIGÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DECRETO Nº 44.122/05. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. No exercício de sua competência regulamentar, o Poder Executivo poderá exigir a apresentação de licenciamento ambiental para habilitação de empresa em licitação para aquisição de bens móveis, já que se afigura exigência de qualificação técnica que não implica discriminação injustificada entre os concorrentes, assegura a igualdade de condições entre eles e retrata o cumprimento do dever constitucional de preservação do meio ambiente. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei nº 8.666/93). A aplicação da pena por litigância de má-fé deve ser dada apenas nos casos de indubitosa prática de dolo processual. Recursos conhecidos, mas não providos” (fl. 339).

De acordo com o Min. Gilmar Mendes, o acórdão recorrido guarda consonância com a jurisprudência do STF, no sentido de que exigências de qualificação técnica e econômica podem ser estipuladas, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, com fulcro nas decisões precedentes, pode-se afirmar que o instrumento convocatório poderá exigir licença ambiental operacional (ou correlatos), quando este documento for imprescindível para a autorização de funcionamento da empresa, desde que exista previsão em lei especial e haja compatibilidade com o objeto do certame.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº 22.305/2023

RUBRICA: FOLHA: 29

Comissão de Pregão I

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 27.3 do edital.

Informamos que a referida licitação está marcada para o dia 24 de agosto de 2023 e caso necessário será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 22 de agosto de 2023.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Secretaria Municipal de Obras

Λ

Processo nº. 22305/2023

Data: 22/08/2023

Fls. 30 Rubrica:

Nova Friburgo/RJ, 22 de agosto de 2023.

Processo nº. 22305/2023

Assunto: Impugnação – Edital nº. 153/2023 – Processo nº. 11.550/2023

Trata o presente de impugnação ao edital de licitação retro referenciado, o qual tem por escopo o registro de preços para futura e eventual aquisição de agregados (bica corrida, de moledo, pó de pedra, britas 0, 1, 2 e 3 e rachão) para atender as necessidades da Administração Pública Municipal como um todo, inclusive as demandas das Secretarias de Agricultura e Subprefeituras, o qual alcança um valor estimado de R\$4.209.995,00.

A licitante apresenta impugnação mais precisamente em relação ao item 20.2 do Edital, onde é exigido como documentos necessários à Qualificação Técnica, na fase de habilitação, a apresentação de licenças ambientais e 03 últimas guias da CFEM quitadas, expedidas pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, sob o argumento de representar restrição de competitividade, já que tais documentações se vinculam às empresas extrativistas (pedreiras e mineradoras), contudo, nem todos os interessados poderiam ser os detentores diretos de tais objetos, os quais deveriam ser exigidos tão somente a nível contratual, antes do início da execução.

O documento foi recepcionado pela Comissão de Pregão I, tendo sido pontualmente enfrentado seu mérito, demonstrando, inclusive com ementário jurisprudencial, que a previsão do edital não traria óbices à continuidade do certame, não representando fator impeditivo ou restritivo de acesso aos pretensos concorrentes.

Como é sabido, o Tribunal de Contas da União entende que as exigências para habilitação dos licitantes devem se ater ao rol taxativo previsto nos artigos 27 a 31 da Lei Nacional n.º 8.666/1993. Portanto, em regra, qualquer documento não elencado nos referidos dispositivos possui potencial para restringir a competição do certame.

Nesse sentido, a Corte de Contas Federal assentou que “a exigência de apresentação de licença ambiental de operação, como requisito para qualificação técnica, é ilegal. O art.

Jefferson Pires Araújo
SUBSECRETÁRIO
DE OBRAS
Matrícula 62.039



30, e incisos, da Lei 8.666/1993 são claros ao especificar os documentos que podem ser demandados dos licitantes, entre os quais não se encontra a licença de operação”.

Contudo, não se pode olvidar que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos também estabelece, nos requisitos para qualificação técnico-operacional, a prova de que a empresa atenda às exigências fixadas em lei especial, quando for o caso (art. 30, inciso IV). Baseando-se neste dispositivo, alguns editais de licitação preveem a necessidade de os licitantes apresentarem a licença ambiental operacional.

Destarte, é notório que algumas atividades empresariais necessitam de autorização prévia do órgão ambiental competente para o funcionamento regular. Esta permissão anterior visa preservar o meio ambiente, em consonância com objetivo da Lei n.º 8.666/1993 de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Diante disto, a solução mais razoável é conciliar a preservação do meio ambiente com o caráter competitivo do certame. Desse modo, entende-se que só se pode exigir a licença ambiental de operação quando compatível com o objeto licitatório e com a legislação reguladora.

Essa parece ser a posição adotada pelo Tribunal de Contas da União. Pois, mesmo possuindo uma interpretação literal e restritiva dos requisitos de habilitação, a Corte Federal já se manifestou, em caso concreto, pela permissividade da licença ambiental de operação, senão vejamos:

Diante da legislação ambiental, em especial a que disciplina o correto manejo florestal, e considerando que a comprovação da procedência legal da madeira é condição necessária para sua comercialização, a exigência de atestado de certificação ambiental quanto à madeira utilizada não compromete, em princípio, a competitividade das licitações públicas.

Jefferson Pires Arcado
SECRETÁRIO
DE OBRAS
Matrícula 62.039



Em outra oportunidade, a egrégia Corte de Contas assentou que:

A exigência de regularidade ambiental como critério de qualificação técnica é legal, desde que não represente discriminação injustificada entre os licitantes, uma vez que objetiva garantir o cumprimento da obrigação contratual e é essencial para que o objeto da licitação seja executado sem o comprometimento do meio ambiente.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo considerou legítimo edital de licitação que determinou a obrigação do licitante apresentar certificado de regularidade perante o IBAMA, in verbis:

Em licitação cujo objeto consista em atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, a exemplo de serviços de recauchutagem de pneus, é legal a exigência de certificado de regularidade perante o IBAMA (CTF/APP) da empresa fabricante.

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná asseverou que é legal exigir no edital da licitação a obrigatoriedade do licitante apresentar licenças ambientais quando o objeto licitatório for entregue por empresas cujas atividades estão sujeitas a licença ambiental prévia do órgão responsável.

Assim, conforme bem apontado pelo I. Pregoeiro, nos termos do edital, não se vincula que a apresentação da documentação conste em nome do licitante participante, podendo ser apresentadas as licenças e guias CFEM em nome de seus fornecedores (mineradoras e pedreiras). O que se espera com a exigência é afastar a participação de empresas que fomentem a exploração mineral irregular, o que não é incomum em nossa região.

No mais, há de se considerar que o Edital foi analisado pela R. Procuradoria Geral do Município a qual ratificou seus termos, trazendo alguns apontamentos acolhidos, nada

Jefferson Pires Araújo
SUBSECRETÁRIO
DE OBRAS
Município 62.038




Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Secretaria Municipal de Obras

Processo nº. 22305/2023

Data: 22/08/2023

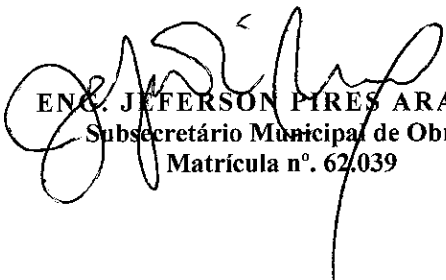
Fls. 33 Rubrica: 

rebatendo em relação ao tópico combatido, o qual, repise-se, busca salvaguardar o Meio Ambiente.

Não é demais lembrar que em licitação promovida nos idos de 2017, o Edital e Termo de Referência foram levados a conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, onde, após apresentadas as recomendações e remetida cópia do novo TR consolidado, foram acolhidas as alterações promovidas, contando com chancela do TCE no processo TCE-RJ nº. 205.647-2/17, onde não foi apontada qualquer irregularidade em relação à exigência de tais licenças e guias da CFEM.

Sendo essa a apresentação para o momento, devolva-se os autos à Comissão de Pregão I, em prosseguimento, acompanhando a decisão exarada às fls. 26/29.

Atenciosamente,


ENO. JEFERSON PIRES ARAGÃO
Subsecretário Municipal de Obras
Matrícula nº. 62.039

Comissão de Pregão I

Processo Administrativo de Impugnação nº: 22.305/2023

Impugnante: DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 153/2023 (Processo Licitatório nº 11.550/2023) AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA SECRETARIA DE OBRAS.

À Secretaria Municipal de Obras

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, com fulcro no §2º, do art. 41, da Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, intempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 153/2023.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é intempestiva, conforme o edital em seu item: "27.1 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para licitacaopmnf@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública."

Cabe informar que conforme dispõe o Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Art. 19. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital. O art. 18 citado pela empresa com prazo de 2 (dois) dias úteis, é utilizado apenas no âmbito da União (órgãos federais).

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE



Comissão de Pregão I

A empresa alega que seria extremamente restritivo solicitar que as empresas apresentem como requisito habilitatório LICENÇA AMBIENTAL e 3(três) últimas guias da CFEM quitadas, a qual é expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, uma vez que possíveis licitantes interessados em fornecer podem não ser extrativistas, ou seja, Licenciamento Ambiental é o procedimento pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação ou a operação de atividades que possam, de qualquer forma, causar danos ambientais.

Este licenciamento competiria a locais que irão executar tal atividade passível desta licença, como Pedreiras, Mineradoras, contudo nem todos os interessados podem ser os detentores diretos do objeto.

Assim sendo, considerando que o edital possuiria falhas insanáveis, caracterizando irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, requer seja acatada a presente impugnação para que sejam realizadas as correções cabíveis, nos termos do Art. 41, §1º da referida Lei.

DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Diante de todo o exposto, requer que a presente Impugnação julgada procedente, para que seja reformado o Item 20.2 do referido Edital, retirando a obrigatoriedade da Licença Ambiental, conforme o art. 30 da Lei 8.666/93, para que não haja limitação de licitantes na referida licitação.

DO MÉRITO

Cabe informar que as licenças e Guias podem ser enviadas no nome da empresa que realiza a atividade de extração mineral. O item questionado encontra-se no Termo de Referência e replicado no edital e foram solicitações do corpo técnico da Secretaria e por esse motivo o processo segue para análise das alegações da empresa.

Como exemplificação, estão transcritos abaixo dois acórdãos do TCU:



Comissão de Pregão I

Abstenha-se de estabelecer exigências de habilitação técnica sem a precedência das devidas justificativas.

Acórdão 3667/2009 Segunda Câmara TCU

Por fim, o Ministro do Supremo Tribunal Federal¹ (Gilmar Mendes) negou seguimento de recurso que contestava acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. DECISÃO DE INABILITAÇÃO EM PREGÃO. EXIGÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DECRETO Nº 44.122/05. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. No exercício de sua competência regulamentar, o Poder Executivo poderá exigir a apresentação de licenciamento ambiental para habilitação de empresa em licitação para aquisição de bens móveis, já que se afigura exigência de qualificação técnica que não implica discriminação injustificada entre os concorrentes, assegura a igualdade de condições entre eles e retrata o cumprimento do dever constitucional de preservação do meio ambiente. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei nº 8.666/93). A aplicação da pena por litigância de má-fé deve ser dada apenas nos casos de induvidosa prática de dolo processual. Recursos conhecidos, mas não providos” (fl. 339).

De acordo com o Min. Gilmar Mendes, o acórdão recorrido guarda consonância com a jurisprudência do STF, no sentido de que exigências de qualificação técnica e econômica podem ser estipuladas, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, com fulcro nas decisões precedentes, pode-se afirmar que o instrumento convocatório poderá exigir licença ambiental operacional (ou correlatos), quando este documento for imprescindível para a autorização de funcionamento da empresa, desde que exista previsão em lei especial e haja compatibilidade com o objeto do certame.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº 22.305/2023


RUBRICA: *LM* FOLHA: 38

DA DECISÃO

Comissão de Pregão I

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa DM PARTICIPAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 153/2023, e subsidiado pelo setor técnico responsável, que encaminhou parecer técnico às fls. 30 a 34, no mérito, NEGO PROVIMENTO à alteração do edital em comento.

Nova Friburgo, 23 de agosto de 2023.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934